



ANAÍ CAPRONI

“APOIAMOS A PEC 14/2000 COMO MEDIDA TRANSITÓRIA”

Servidora afastada do Poder Judiciário de São Paulo, estudante de Direito na Faculdade do Largo São Francisco, a candidata a governadora do Partido da Causa Operária (PCO) tem 35 anos. Militou no movimento estudantil. Na década de 80, participou do movimento de oposição metalúrgica de São Paulo (Momsp). Atualmente, é membro da Executiva Nacional do PCO



Daniel Garcia

Revista Adusp - No Estado de São Paulo, a educação infantil de 0 a 6 anos ainda é uma hipótese, e de 0 a 3 anos nem existe. O que se vê é um atendimento indireto, terceirizado, envolvendo entidades filantrópicas e assistenciais. Qual é a proposta da candidata para viabilizar um crescimento significativo da oferta de ensino infantil?

Caproni - Ao contrário da propaganda oficial, que procura mostrar uma situação de avanço na educação brasileira durante os oito anos de governo FHC, a realidade aponta uma situação de terra arrasada. O sistemático corte de verbas na educação pública, assim como acontece na saúde, vem deteriorando a cada dia os serviços prestados à maioria pobre da população. As verbas que deveriam sustentar a educação pública são, em grande parte, desviadas para os bolsos dos capitalistas do ensino privado (através de subsídios, isenção de impostos etc.) e para o pagamento da eterna dívida externa aos países imperialistas. O resultado dessa política é a deterioração e o retrocesso nas áreas sociais.

O atendimento para as crianças na faixa de zero a seis anos é precário. O PCO defende que todas as empresas e locais de estudo sejam obrigadas a construir creches para receber os filhos de suas funcionárias/estudantes. Além disso, o PCO defende que o governo construa creches e “escolinhas”, tantas quantas forem necessárias para atender o conjunto da população, sempre públicas, gratuitas e de qualidade.

Revista Adusp - O que justificou a municipalização do ensino foi a lei de repasse de recursos por meio do Fundef. Como o governo vai se preparar para o final da vigência do fundo em 2006? O que vai acontecer depois?

Caproni - O PCO vem denunciando a municipalização da educação desde o início. Trata-se de uma manobra do governo: num primeiro momento, apresenta para os municípios o canto de sereia do dinheiro fácil (através do Fundef); num segundo momento, como deve acontecer a partir de 2006, corta os recursos e deixa o ensino ao Deus dará! Uma das primeiras medidas de um governo do PCO seria o cancelamento das municipalizações já realizadas. De uma forma mais ampla, o partido defende a nacionalização da educação, ou seja, que a qualidade seja a mesma em todo o país, e que o governo federal conceda ao setor todas as verbas necessárias.

Revista Adusp - Há um projeto de lei na Assembléia Legislativa extinguindo a progressão continuada. A candidata pretende manter a progressão continuada nos moldes atuais, sabendo-se que sua aplicação vem sofrendo críticas da população e de especialistas?

Caproni - O ensino público, em especial da faixa que vai do ensino fundamental ao médio, é de baixa qualidade, não prepara os estudantes para o ensino superior e, tampouco, para a vida profissional. Um exemplo gritante disso é a chamada “aprovação automática”, que visa evitar gastos com a permanência do aluno na escola,

ainda que ele não tenha conseguido assimilar o aprendizado. É a mais pura demonstração de que os governos FHC-Covas-Alckmin não têm qualquer preocupação com o futuro da juventude brasileira, e muita preocupação com os critérios do FMI.

Revista Adusp - Como a candidata planeja reverter o número excessivo de alunos em salas de aula? Qual será o limite?

Caproni - O número excessivo de alunos em salas de aula é apenas um entre os muitos malefícios gerados com a política de Covas-Alckmin para a educação. Desde o primeiro mandato, há oito anos, este governo vem fechando salas de aula, demitindo professores e cortando verbas da educação. Como mostrou um estudo feito pela CPI da Educação da Assembléia Legislativa, recentemente, o governo Covas-Alckmin desviou aproximadamente R\$ 5 bilhões da educação pública no Estado de São Paulo nestes anos. Infelizmente, a Prefeitura petista de São Paulo vai pelo mesmo caminho, ao aprovar na Câmara projeto que reduz em 5% as verbas para a educação na capital paulista. O PCO defende que a educação, bem como os demais serviços prestados à população, tenham prioridade absoluta no governo, e que nenhuma verba pública seja repassada a grupos capitalistas (sob a forma de isenções fiscais, subsídios etc). Com isso, será possível oferecer um ensino público de qualidade, em todos os níveis, e colocar em cada sala de aula não mais do que 25 alunos.

“Governo estadual interpreta LDB de maneira deturpada”

Revista Adusp - A LDB prevê que até 2006 todos os professores tenham curso superior. Como a candidata pretende cumprir esta exigência? Pretende investir na criação dos Institutos Superiores de Educação tratados nas deliberações 7/2000 e 8/2000 do Conselho Estadual de Educação para formação de professores? Pretende envolver as universidades públicas na formação de professores para o ensino médio?

Caproni- O conteúdo da LDB, no que diz respeito à formação de professores, vem sendo interpretado pelo governo estadual de maneira deturpada, ao sabor dos interesses dos grupos privados de educação. Ao definir que estas dezenas de milhares de professores deverão ter curso superior até 2006, promovem uma corrida à titulação que vem sendo suprida de duas formas.

Primeira, as universidades particulares “deitam e rolam” com a criação de cursos de Pedagogia rápidos e de baixa qualidade, com o único objetivo de atrair os desesperados professores que tentam se titular a toque de caixa.

Segunda, as universidades pú-

blicas, particularmente a Unesp, já começaram a oferecer cursos de Pedagogia aligeirados, à distância, com qualidade bastante inferior aos que oferece em sua rede normal, sob pretexto de atender à demanda criada pela LDB. Além da qualidade questionável destes cursos, há o perigo real de que a exceção vire regra e que este passe a ser o tipo de formação de professores oferecida pela universidade pública.

Para o PCO, a solução deste problema se insere na proposta que o partido tem para o conjunto da educação no país: estatização de toda a rede de ensino privado e fim do vestibular, para que todos tenham acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade.

Revista Adusp - O Estado de São Paulo tem repassado às universidades públicas estaduais, desde 1995, o equivalente a 9,57% da arrecadação anual do ICMS. Uma vez no governo, a candidata pretende manter esse percentual? Como vê a reivindicação de professores, funcionários e estudantes, de aumento do repasse para 11%? A candidata é a favor da constitucionalização de um percentual mínimo, tal como dispõe a PEC 14/2000?

Caproni- O PCO apóia a comunidade acadêmica em sua reivindicação de aumento das verbas para as universidades estaduais paulistas, no caso para 11%. De um modo geral, um governo do PCO investiria todos os recursos necessários para que o conjunto do ensino superior passe a ser público e gratuito no Estado. Ao deixar de priorizar os interesses dos grupos capitalistas, o governo teria verbas

suficientes para priorizar educação, saúde etc. Quanto à PEC 14/2000, que insere na Constituição Estadual a garantia do percentual mínimo de 9,57% para as universidades estaduais paulistas, o PCO apóia como medida transitória, capaz de impedir retrocessos (como a possibilidade de o governador rebaixar este índice, já que ele não consta em lei). No entanto, o partido entende que a luta deva ser pela elevação das verbas.

Revista Adusp - A lei da autonomia universitária desobrigou o Tesouro estadual de arcar com a aposentadoria dos professores das universidades estaduais, transferindo essa despesa para a folha de pagamentos das próprias universidades, o que representa para elas um elevado dispêndio. Qual é a possibilidade, num governo da Sra., de o Tesouro vir a reassumir o pagamento das aposentadorias dos docentes universitários?

Caproni- Repassar os encargos com as aposentadorias para as universidades estaduais foi uma manobra do governo. Com isso, reduziu as verbas para este setor sensivelmente. O PCO defende que as verbas repassadas para as universidades destinem-se exclusivamente para o pagamento do pessoal da ativa e para o investimento em laboratórios, equipamentos, salas de aula, biblioteca etc. Quanto aos aposentados, devem ser pagos diretamente pelo Tesouro, resguardando-se seus direitos de paridade com os da ativa (reajustes, benefícios etc).

Revista Adusp - O atual sistema de escolha do Reitor e do Vice-

Reitor das universidades públicas estaduais fere a autonomia universitária, na medida em que se baseia na decisão pessoal do governador, que exerce sua preferência dentre uma lista tríplice eleita, por sua vez, por um colégio eleitoral restrito. A candidata estaria disposta a apoiar um sistema de escolha mais democrático, por voto direto da comunidade universitária e que se encerrasse no âmbito das universidades, sem interferência do governador?

Caproni- Para o PCO, a universidade deve ser dirigida pela própria comunidade, sem qualquer interferência política do poder do Estado. Não é aceitável que todas as decisões concentrem-se nas mãos de uma única pessoa, quase como num regime monárquico. O partido defende que o poder seja exercido pelos segmentos diretamente envolvidos, estes sim escolhidos democraticamente e proporcionalmente pela comunidade acadêmica, ou seja, um governo tripartite de estudantes, professores e servidores.

Revista Adusp - O que a Sra. espera das universidades estaduais paulistas e como pensa em relacionar-se com elas, se eleita governadora?

Caproni- Que elas passem a atender integralmente os interesses da maioria da população, através das seguintes formas: livre acesso (fim do vestibular) de todos os interessados em estudar; que o governo garanta todas as verbas necessárias para isso; direcionamento da pesquisa para os interesses do conjunto da população e do desenvolvimento

nacional, e não apenas dos grupos capitalistas; transformação das universidades estaduais em centros de produção e manifestação de cultura e tecnologia.

Revista Adusp - São Paulo representa 30% do PIB nacional, mas não tem uma presença equivalente no cenário político nacional, e está até sub-representado no Congresso, em termos de relação população-número de parlamentares. A Sra. pretende dar maior peso político ao cargo de governador de São Paulo?

Caproni- Mesmo do ponto de vista de um regime burguês democrático, a estruturação do regime político no Brasil é muito antidemocrática. De um lado, os Estados estão representados de maneira desproporcional ao seu peso na federação, não do ponto de vista econômico, mas sim do tamanho de sua população. São Paulo, que concentra a maior população do país, por exemplo, tem uma representação similar à de Roraima, um dos Estados menos habitados. Por trás dessa política, há um temor da burguesia de ampliar essa representação para São Paulo, pois isso também abre uma possibilidade de maior intervenção da classe operária paulista (de longe, a maior e mais organizada do país) na situação política, o mesmo acontecendo com os estados mais desenvolvidos do país.

O PCO propõe uma reforma no sistema político, que garanta uma presença proporcional aos Estados no Congresso, de acordo com a sua população. Propõe, ainda, a extinção do Senado, que funciona como uma Câmara alta, com poucos re-

“Controle operário da produção para impedir a sonegação”

presentantes, criada para controlar a Câmara dos Deputados. Quanto a dar um maior peso ao cargo de governador de São Paulo, o PCO entende que é preciso dar maior força política à população trabalhadora, a partir da criação de conselhos populares.

Revista Adusp - Diante do desemprego cada vez mais agudo no Estado de São Paulo, chegando ao índice de 20% no ABC e na região metropolitana da Capital, que medidas pretende implantar?

Caproni- O altíssimo índice de desemprego no país é o produto mais cruel da política do governo FHC e seus seguidores nos estados. É a forma encontrada para jogar sobre os trabalhadores o ônus da crise capitalista. O PCO defende as seguintes medidas para combater o desemprego:

1- Redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais, sem corte nos salários, para que todos possam trabalhar. Que os patrões reduzam suas margens de lucros para se adequar a esta medida.

2- Apoio estatal ao pequeno empreendedor urbano e rural, com concessão de crédito barato e infra-estrutura material e tecnológica

**“Reestatizar
todas as empresas
privatizadas,
inclusive o Banespa”**

para que possa trabalhar. Nenhum subsídio aos grandes capitalistas.

3- Reforma agrária ampla, com confisco do latifúndio e concessão de crédito e infra-estrutura para os sem-terra poderem trabalhar.

4- Plano estatal emergencial de obras públicas (construção de hospitais, creches, escolas, moradias populares etc).

Revista Adusp - A Sra. pensa em adotar estratégias de desenvolvimento regional? Como elas poderiam combinar-se com o combate ao desemprego?

Caproni- Num governo do PCO, as medidas acima seriam transpostas para o âmbito estadual.

Revista Adusp - Há “espaço” para uma reforma agrária nos limites do Estado? A Sra. tem planos de desapropriação de latifúndios e metas de assentamento de trabalhadores rurais sem-terra? Que relacionamento pretende manter com o MST?

Caproni- As constantes ocupações de terra no Pontal do Paranapanema e outras regiões paulistas são a prova de que é necessária uma ampla reforma agrária no Estado, assim como em todo o país. Quanto aos detalhes de uma

medida como essa, teriam que ser discutidos com os próprios sem-terra e os camponeses de pouca renda, através das organizações por eles reconhecidas, como é o caso do MST e dos sindicatos rurais.

Revista Adusp - Há evidências de que a sonegação fiscal é muito alta, o que acarreta perdas óbvias na consecução de recursos para saúde, educação, saneamento básico, transportes, segurança pública e demais áreas sociais. De que modo a Sra. pretende enfrentar esse problema?

Caproni- No Brasil, é público e notório que quem paga imposto, de fato, são os trabalhadores, seja através do Imposto de Renda, seja através da taxa sobre as mercadorias e serviços (ICMS, IPI etc). Os capitalistas encontram mil meios para sonegar. O PCO defende a criação de um imposto único sobre o capital, ou seja, nenhum imposto sobre os trabalhadores. Para impedir a sonegação, o partido defende o controle operário da produção, com a abertura do livro-caixa das empresas e fim de todo o segredo industrial.

Revista Adusp - O colapso do setor elétrico não só causou enorme sacrifício para a maior parte da população brasileira, como provocou uma retração da economia, em razão do racionamento e da majoração das tarifas. Diante do importante parque de geração elétrica existente no Estado, e da necessidade de impulsionar o crescimento econômico, que medidas poderiam ser adotadas pelo futuro governo estadual para evitar uma nova crise de abastecimento?

Caproni- A crise no setor ener-

gético é produto direto da política do governo FHC. Seguindo as ordens do FMI, nos últimos anos, o governo cortou os investimentos neste setor progressivamente, assim como o fez com os demais setores públicos. Ao contrário do que fez o governo FHC, o PCO defende que os trabalhadores e a população pobre não arquem com nenhum ônus decorrente dessa crise (através do aumento de tarifas, criação de novas taxas, subsídio a empresas privadas etc). Cabe ao governo federal investir todos os recursos necessários para que o setor energético atenda a demanda existente. Uma medida importante, que seria tomada no âmbito de um governo do PCO em São Paulo, seria a reestatização de todas as empresas energéticas que foram privatizadas no Estado.

Revista Adusp - A Sra. dará continuidade à política de privatizações praticada desde 1994? Qual é o futuro da Nossa Caixa, único banco de que o Estado dispõe atualmente?

Caproni- O PCO é contra as privatizações. A proposta do partido é reestatizar todas as empresas que foram privatizadas (inclusive o Banespa), como forma de defender os interesses da população. Sob direção privada, estas empresas têm atuado contra os interesses da população, através da demissão de trabalhadores, queda na qualidade dos serviços, aumento de preços etc. Veja-se o exemplo de serviços essenciais, como água, luz e telefone, que subiram até cinco vezes mais do que a inflação nos últimos anos.